

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: O CONTEXTO DA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR

Bruna Paula Bernardes de Lima

Orientadora: Melissa Salaro Bresci

RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir de uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na escola motivada por um estudo de caso de uma garota de quatro anos que não se aceitava negra. O estudo buscou em referências bibliográficas e em estudos suporte para entender as relações raciais na Educação Infantil. Serão apresentadas reflexões sobre o papel da escola frente aos desafios encontrados no combate ao racismo, uma vez que há a necessidade de um aprofundamento no conhecimento sobre essa questão, bem como a análise e o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares. Tendo em vista a pluralidade da população brasileira, é necessário que a criança negra conheça a sua história para que não negue sua identidade. É primordial que a escola conheça e vivencie a diversidade de seus alunos. Ao final desse trabalho, conclui-se que o ensino da educação étnico-racial é um compromisso que todos devem ter, só assim será possível a desconstrução do preconceito e reconhecimento da importância do negro na construção de nossa história.

Palavras-chave: Educação infantil. Identidade. Relações étnico-raciais

Summary

This article was drawn up based on a reflection about the ethnic-racial relations in school motivated by a study of a case about a four years old girl who didn't accept herself as black. The study searched in bibliographic references and in studies support to understand racial relations in Early Childhood Education. Reflections will be presented about the role of the school against the challenges found in the battle against racism, one there is a need for a deeper knowledge about this issue, as well as the analysis and enforcement of the law N°.

10.639/2003, which makes mandatory the inclusion of History and Afro – Brazilian culture in school curriculum. In view of the plurality of the Brazilian population, it is necessary that the black children know their story so that they don't deny their identity. It is essential that the school know and experience the diversity of their students. At the end of this study it is concluded that the teaching of the ethnic-racial education is a compromise that everyone should have, only then it will be possible the deconstruction of prejudice and recognition of the importance of the black people in the construction of our history.

Keywords: Early childhood education. Identity. Ethnic - racial

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem como característica a pluralidade étnica, produto de um processo histórico que deu origem a três grupos: portugueses, índios e negros de origem africana. O contato desses povos tornou o Brasil um país miscigenado. No decorrer da história, nota-se a existência da hierarquia de classes sociais em que povos indígenas e em especial os negros ocupam lugares de desprestígio e subalternidade.

A escola enquanto instituição social torna-se responsável pelo processo de socialização de todos que a ela recorrem; nela, as crianças estabelecem relações com outras que originam de diferentes núcleos familiares e inevitavelmente de outras culturas. O ambiente escolar é o local no qual a criança se encontra como criança, é onde ela estabelece relações afetivas, intelectuais, morais, étnicas, onde se questiona e passa a ter maior consciência de sua identidade. Embora a escola seja vista como um local de igualdade, ao mesmo tempo percebe-se que nela há um mecanismo de exclusão social, vitimando crianças negras através de manifestações racistas. Por ser um ambiente extremamente fértil em relações, a escola precisa estar bem preparada para acolher a pluralidade étnica e cultural de suas crianças.

Partindo desse pressuposto, os objetivos desse trabalho são sensibilizar os profissionais da educação quanto à discriminação e preconceito racial, estimular o senso crítico, bem como trabalhar os valores humanos para que crianças negras se fortaleçam como sujeito social e cidadão.

Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas e observação do desenvolvimento de um projeto escolar intitulado “Somos todos iguais, todos diferentes”,

realizado em uma instituição filantrópica que atende crianças de quatro a nove anos de idade. O foco dessa observação foi acompanhar a construção da identidade de uma menina negra.

O professor é um agente essencial na construção ou até mesmo na reconstrução das identidades individuais de seus alunos; nesse sentido, sua atuação contribui para a preservação e legitimação dos preconceitos.

Diante disso, é preciso que os professores intervenham de forma positiva em relação aos alunos, busquem sempre se atualizar quanto às práticas educativas promovendo a socialização e a diversidade humana a fim de que possam desconstruir as posições exclusivas, preconceituosas e racistas.

A HISTÓRIA DA CRIANÇA NEGRA NO BRASIL

Os povos negros que chegaram ao Brasil a partir do século XVI introduziram aqui importantes elementos culturais. O processo de miscigenação, entre europeus, indígenas e africanos, responsável pela formação do povo brasileiro, proporcionou o encontro e a assimilação desses elementos, não só do africano como também do europeu e do indígena. Ao chegar ao Brasil, o negro encontra uma cultura identificada com hábitos de duas nações: a Tupi (indígena) e a Lusa (portuguesa), fundindo-se aleatoriamente – por força das circunstâncias colonialistas - numa diversidade cultural.

Tal como ocorreu com os brancos, que mais tarde integraram-se à etnia brasileira, os negros encontraram já constituída a protocélula luso-tupi, tiveram de aprender, plantando e cozinhado os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos, pelos nomes tupis – já incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim. A presença do negro no Brasil completa, portanto, a formação dos três principais troncos étnicos que deram origem ao povo brasileiro e sua consequente miscigenação.

A maioria dos brasileiros hoje é uma mistura de *afrodescendentes* e *eurodescendentes* ao mesmo tempo, independentemente da cor da sua pele. São um povo em que uns têm maior ou menor grau de ancestralidade africana e/ou europeia e outra parcela ainda com ancestralidade ameríndia. Uns com mais melanina na pele, outros intermediários, outros com menos e ainda alguns até desprovidos de melanina, entretanto, todos os cidadãos brasileiros.

Os negros chegaram ao Brasil como mão-de-obra, sendo tratados como animais desde então, de forma desumana e completamente excluída. Os colonizadores, a partir dessa visão, já julgavam os negros como dominados, mercadorias que podiam ser negociadas.

Enquanto a Coroa Portuguesa obtinha lucro com o tráfico de escravos, no Brasil enraizava-se o sentimento de superioridade dos brancos em relação aos negros. Isso pode ser notado pelas péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos, pois eram abusados física e emocionalmente até sucumbirem por tanto esforço.

Vale lembrar que além dos povos africanos os próprios indígenas também foram feitos escravos no Brasil. Essa prática deixou sérias marcas na cultura popular, gerando um processo de crescente exclusão desses povos, seja em políticas públicas, seja no reconhecimento de seus direitos.

A opção pela mão-de-obra escrava no Brasil estava inserida na lógica de que a colônia deveria complementar a economia da metrópole.

Assim é que a escravidão surge no Brasil como condição ‘*sine quanon*’ para a produção em larga escala de gêneros tropicais destinados ao mercado internacional; e onde esta produção se afirma como empreendimento lucrativo, como é o caso da agroindústria açucareira, a mão de obra indígena passa a ser substituída pela negra (...) pois desde o século XV Portugal dominava o tráfico africano” (LIMA, 1981)

Essa lógica perdurou no Brasil entre os séculos XVI a XIX até dar início a um período de pensamento abolicionista, que culminou no ano de 1888 com o pedido da abolição total da escravidão no Brasil, através da Lei Áurea. No entanto, durante todo o período escravocrata, os próprios negros ofereceram resistência às forças que os massacravam, sendo tais resistências denominadas quilombos. Atualmente, esses núcleos são chamados de comunidades quilombolas, que têm como principal característica a preocupação com a preservação dos elementos culturais que fazem parte da memória dos seus antepassados. Para Leite (1997), o ato de se aquilombar, ou seja, de se organizar contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para dar sentido, estimular e fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada.

Resgatar a história da criança brasileira negra a partir da História é enfrentar um passado que se conhece, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de

crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que, na melhor das hipóteses, significava mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância negra no Brasil.

A historiadora Mary Del Priore (2007), no livro sobre História da Criança no Brasil salienta que dos escravos transferidos forçadamente da África para o Brasil através do tráfico, 4% eram crianças e destas apenas um terço conseguia alcançar os dez anos. Outro destaque refere-se à faixa etária das crianças destinadas às unidades produtivas: “A partir dos quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois se perder de seus genitores era coisa comum [...] (p.12)”.

A partir dos doze anos de idade, o valor de mercado dessas crianças dobrava pelo grau de adestramento adquirido nos núcleos de produção ou pelas habilidades adquiridas nas tarefas domésticas. Nas evidências contidas nos inventários, a criança já era classificada por seu grau de aptidão, como Chico Roça, João Pastor e Ana mucama, conforme observa Del Priore (2007).

Nesse processo, vários acontecimentos tristes foram formando a cena na história, como por exemplo, desde o início da colonização, as escolas jesuíticas que eram poucas e, sobretudo, para poucos. Se as crianças indígenas tiveram acesso a elas, o mesmo não se pode dizer das crianças negras, embora seja de notório conhecimento que alguns escravos aprendiam a ler e escrever com os padres. O ensino público só foi instalado, e ainda assim mesmo de forma precária, durante o governo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII.

Nos registros históricos, pouco se fala sobre a educação de crianças negras ou de filhos de escravos, salvo a religiosa que, segundo o jesuíta Antonil, era obrigatória. (apud Del Priore, 2007) No século XIX, a saída para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. Isto porque as crianças negras eram privadas de sua humanidade, motivo pelo qual não tinham acesso à educação; também e ao mesmo tempo, existiam as crianças pobres não negras.

Assim, a criança negra nas primeiras décadas do século XIX torna-se figura invisível e de pouca importância na historiografia brasileira.

A EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS QUESTÕES RACIAIS

A educação que a criança recebe entre os 4 e 5 anos de idade é significativa para o seu desenvolvimento social. Nesse período ocorre a primeira socialização do indivíduo - socialização primária - ou seja: “a ampla e consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger & Luckmann, 1976, p.175). Numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com os outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social.

Em conformidade com Berger e Luckmann, Nicolas Caparrós (1981, p. 52) também concebe a socialização primária como uma tarefa familiar. Para ele, a família não somente dota seu novo membro de elementos para representar seu sexo, mas também para perpetuar adequadamente a divisão social das classes. “Da família sai o possuidor, o comunista, a mulher passiva, o dominado e o dominador. (...) as futuras relações, homem/mulher, tanto em autovalorização e valorização do outro, já estão ideologicamente plantadas em semelhança à dos adultos”. (idem)

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida, a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social.

Na sociedade brasileira, a Educação Infantil constitui um direito institucionalizado desde 1988 (artigo 208, IV da Constituição Federal). A promulgação da Constituição reconheceu o direito à educação para crianças menores de sete anos. As instituições públicas de Educação Infantil (EMEIs e creches) favorecem sobremaneira as famílias de baixa renda, cujas mães trabalham fora e deixam seus filhos sob seus cuidados.

Também em defesa das crianças e adolescentes, tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/91), que lhes assegura:

(...) o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis; (...) direito à educação, visando ao

pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...). **Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; e ter respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios no contexto social da criança e do adolescente**, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.
[grifo nosso]

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é uma lei cuja existência remonta a 1971 e que foi realmente reconhecida como tal em 1.996, no Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A LDB só veio acrescentar informações e obrigatoriedades de extrema importância na educação do Brasil, pois de acordo com ela, a educação é um direito de todos, e as crianças precisam ter acesso ao ensino desde os primeiros anos de vida, com a inclusão destas em creches e em pré-escolas. A Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Art. 1º. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 3º ...
...
XII - consideração com a diversidade étnico-racial." (NR)

As instituições de Educação Infantil organizam e formalizam uma aprendizagem que já se iniciou na família e que vai ter continuidade nas suas experiências com a sociedade. Assim, não só a família se torna responsável pela aprendizagem da vida social, embora represente, inicialmente, o elo mais forte que liga a criança ao mundo.

Os valores, as normas e as crenças inculcadas na criança podem diferir nas instituições educativas. O mesmo equivale para atitudes e comportamentos que também podem ser vistos e analisados de diferentes formas. O que para a escola pode representar um problema ou um momento de conflito, no interior do grupo familiar pode representar, apenas, parte do modo habitual da vida do grupo. Problemas não encontrados pela criança no grupo familiar poderão ser encontrados no cotidiano escolar. Conseqüentemente, a ausência de relação entre a família e a escola impossibilita, a ambas as partes, a realização de um processo de socialização que propicie um desenvolvimento sadio. Tal comportamento coloca em jogo não só o mundo a ser interiorizado pela criança, mas principalmente o seu lugar nesse mundo, o lugar de seu grupo social, e, sobretudo, a sua própria existência.

Numa sociedade como a brasileira, na qual predomina uma visão preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros.

Isso leva a supor que uma imagem desvalorativa/inferiorizante de negros, bem como a valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores. Diante disso, cada indivíduo socializado em nossa cultura poderá internalizar representações preconceituosas a respeito desse grupo sem se dar conta disso, ou até mesmo se dando conta por acreditar ser o mais correto. O constrangimento apresentado pelas crianças negras é consequência do tratamento que o ambiente escolar, por intermédio das práticas racistas, exerce sobre as mesmas. “Esse tipo de tratamento e abordagem racista contribuiu e contribui para o negro introjetar, internalizar uma imagem negativa de si mesmo, de sua raça e de sua cultura, provocando assim a negação de sua identidade [...]”. (Batista 1995, p. 254 e 255)

Então, o que significa ser uma criança negra ou branca na relação social que se realiza na escola? E, nela, o que a criança pode aprender sobre si própria e sobre os outros à sua volta?

Não seria demasiado pressupor que a ausência desse tema no planejamento escolar impede a promoção de boas relações étnicas. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimo de desigual e inferior.

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA

O professor é peça fundamental no processo de socialização da criança, como dito anteriormente, visto que ele está presente diariamente na vida dessa criança, que muitas vezes passa mais tempo na escola do que em casa. Desta forma, é ele quem primeiro pode perceber alguma nuance de dificuldade na socialização, inclusive com relação a preconceito, racismo e afins sofridos pela criança.

Ao tratar do racismo, muitos desconsideram tal fator por acharem ser uma realidade distante. Não estudam, pesquisam ou refletem sobre o assunto como ocorre nas disciplinas de

Português, Matemática, dentre outras. A atitude primária seria conhecer sobre o tema e estudar, pois, quando se conta somente com as informações superficiais, podem ocorrer graves erros conceituais e metodológicos. A reflexão deve acontecer independente de haver crianças negras ou não na turma e/ou escola.

Não se deve permitir que crianças, principalmente negras que estão sofrendo com o racismo, mantenham-se caladas, angustiadas e solitárias, sendo alvo de apelidos pejorativos, brincadeiras, xingamentos envolvendo os traços físicos (cabelo, nariz). Na maioria das vezes, as crianças negras que são vítimas das manifestações racistas não se dão conta do quanto estão sendo injustiçadas.

Para abordar as questões raciais em uma instituição filantrópica localizada na cidade de Jacutinga MG, que abriga crianças de quatro a nove anos de idade em período contra turno escolar, foi desenvolvido um projeto com o tema “Somos todos iguais, todos diferentes”, que teve como objetivos refletir sobre a igualdade racial e valorizar a individualidade. O tema do projeto foi apresentado inicialmente aos professores da instituição a fim de ser discutido e elaborado em equipe. Em seguida, foi aplicado um questionário para os professores com o tema “Educação e Relações Ético-raciais” com a finalidade de conhecer como é desenvolvida a educação das relações étnico-raciais nessa instituição e produzir dados que possam subsidiar propostas de formação e políticas públicas na área da educação das relações étnico-raciais.

Analisando os dados obtidos dos questionários aplicados aos professores, observou-se a necessidade em discutir com os mesmos a importância das relações étnico-raciais no processo de desenvolvimento infantil, uma vez que, é nessa fase da vida que a criança apresenta suas especificidades e precisa de atenção às carências que apresenta nesse momento. O questionário buscou a reflexão dos professores no sentido de que os gestos, as palavras, os olhares, os toques dispensados a criança na Educação Infantil, proporcionarão a construção dos significados de tudo que a cerca, os conceitos e valores começam a ser construídos. Também permitiu que os professores se questionassem sobre qual imagem de criança e de infância trazem aos seus alunos, pois, tais imagens refletem na construção da igualdade. Um dado importante observado segundo a UNICEF foi o fato de que entre as crianças negras 41% não frequentam a pré-escola, nota-se que a desigualdade entre brancos e negros aparece desde o início da escolaridade. Constatou-se, após a análise do preenchimento dos questionários, que, embora os professores tenham consciência da necessidade em se trabalhar sobre o tema, essa prática não ocorre. Também foi observado que a maioria dos professores desconhecem as Leis Federais nº 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e

africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira e a nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, culminando em um despreparo para lidar com as situações de racismo que enfrentam. Através dos dados apresentados, foi possível discutir com os professores a importância em se manterem em constante formação e inovar os seus conceitos para que auxiliem no desenvolvimento de seus alunos.

Todos os participantes apoiaram a ideia de trabalhar as relações étnico-raciais, uma vez que nesse local é visível a presença de racismo na sala de aula. Houve a participação no projeto dos turnos da manhã e da tarde, envolvendo seis professores, quatro monitoras, duas serventes, uma coordenadora pedagógica, os alunos, os pais e a comunidade em geral. Após refletirem e montarem o projeto, fora iniciada a execução do mesmo. Cada professor optou por uma metodologia, conforme a necessidade da turma.

Em uma turma com crianças de quatro e cinco anos de idade, iniciou-se com uma roda da conversa através de uma atividade em que as crianças abriam uma caixa de presente onde havia um espelho, só que elas não podiam contar para o amiguinho ao lado o estavam vendo. Todos ficavam muito curiosos. O objetivo era reconhecerem que cada um era de um jeito. Depois, as crianças se sentaram cada uma em sua mesinha e, como atividade escrita, foi pedido para que cada um desenhasse o que viram através do espelho, foi quando uma garota de quatro anos, negra, de cabelos crespos e olhos castanhos escuros, desenhou-se loira, de olhos azuis e de cabelos lisos. Esse fato estimulou a escrita desse artigo. O projeto continuou sendo trabalhado com todos, mas focando a atenção nessa menina. Foi feita uma pesquisa sobre sua história de vida e constatou-se que sua mãe era alcoólatra e chegou a óbito, passando a ser criada pela avó paterna que também veio a falecer. No velório de sua avó, seu pai estava desesperado, pois não tinha condições físicas, financeiras e emocionais para cuidar da menina, foi quando a garotinha passou a ser cuidada por sua tia, irmã de seu pai, que se responsabiliza por ela até hoje.

Como parte do projeto, foram trabalhadas as literaturas infantis que contém personagens negros. Uma das obras apresentadas às crianças foi “Menina Bonita do Laço de Fita” de Ana Maria Machado. Nesse livro, a autora relata a história de uma menina linda de pele escura; do lado de fora da casa dessa menina, morava um coelhinho que achava a menina a mais bonita que já tinha visto na vida, e daí por diante ele também quer ter a pele escura, igual à da linda menina. E para isso, no decorrer dessa história, o coelhinho faz de tudo: entra

numa lata de tinta preta, come jabuticabas até passar mal e toma inúmeras xícaras de café. Tudo mentirinhas contadas pela menina negra para enganar o coelhinho. Até que um dia a mãe da garota ouve o coelhinho conversando com sua filha e explica ao mesmo a verdadeira circunstância para que a menina tenha a pela negra. E desse momento em diante, o coelhinho resolve então procurar uma coelhinha pretinha para que possa ter vários filhotinhos e passa a ser ainda mais amigo da menina bonita de laço de fita.

Nesse livro, encontram-se diversos aspectos muito debatidos nos dias atuais, como a autoestima das crianças negras, pois esse livro trata as diferenças, valorizando a diversidade a partir da raça negra. Pois a diferença não basta apenas ser reconhecida e sim valorizada. Esse livro é de uma sensibilidade notável.

Cada vez mais, vemos pesquisadores apontando para uma necessidade da presença do negro na literatura infantil. Com isso, produções mais recentes têm surgido com imagens e narrativas que vão para além das denúncias e preconceitos, mas que retratam o negro como ser histórico e social. São livros que busca romper com a ideia de superioridade de uma raça sobre a outra e possibilitar um outro olhar sobre o negro, surgindo como protagonista e possibilitando uma valorização do ser negro, sem o estigma da escravidão e do sofrimento, ao qual até na literatura, todo negro parecia estar fadado. (PARREIRAS, 2007, p.44)

Após o desenvolvimento de várias atividades, a culminância do projeto seria apresentação de um teatro realizado pela turma sobre o livro, o qual iria ser apresentado a outras escolas, a fim de atingir a comunidade. A garota negra foi convidada para ser a protagonista, a qual se recusou imediatamente porque não queria ser negra. Após muita conversa com a professora, coordenadora, psicóloga, a menina aceitou participar, mas, mesmo assim durante os ensaios ela fazia muita birra, rolava pelo chão e dizia: “Eu não quero ser a menina pretinha”! Após um árduo e incansável trabalho, a menina foi compreendendo o seu valor e se aceitando como tal. No dia do teatro, a menina estava linda e radiante, quem conheceu a sua história não teve como não se emocionar, foi perfeito e sua atuação foi surpreendente.

O projeto não parou por aí: os professores dessa instituição, em suas reuniões, passaram a pesquisar e a estudar outras formas de desempenhar um papel social relevante na construção de identidades individuais de seus educandos, contribuindo, com isso, para o combate ao preconceito, apoiando a construção e a identidade das crianças negras.

Os professores concluíram que é dentro da sala de aula que se pode combater a discriminação com mais eficiência, mesmo que tenham noção sobre o assunto é preciso estar

sempre alerta para lidar com tal situação, pois, são peças fundamentais na desconstrução do preconceito racial e devem agir de forma que resgatem a autoestima da criança negra.

DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO NA CRIANÇA NEGRA

É fato reconhecer a Escola como um espaço sociocultural que deve refletir a pluralidade cultural e racial de nossa nação, no entanto, isso não ocorre (NASCIMENTO, 2005). A Escola tem sido palco de exclusões e disseminação de preconceitos e discriminações, e esta realidade promove aos alunos exclusão e/ou sentimento de inferiorização racial (CAVALLEIRO, 2005).

Neste contexto, é extremamente difícil e até doloroso assumir uma identidade racial em nosso país, principalmente a negra, já que a sociedade e, conseqüentemente, a educação, muitas vezes não traz o negro como algo admirável e como um referencial positivo (NASCIMENTO, 2005).

Para Munanga (Apud, GOMES, 2005) a identidade é construída por aspectos internos e externos, ou seja, há a autodefinição e a identidade atribuída. No entanto, a construção da identidade racial envolve outros níveis como o sócio-político e histórico em cada sociedade. Desta forma, a identidade é vista de forma mais ampla e invocada quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente, submetido” (NOVAES, Apud GOMES, 2005, p. 25).

O espaço escolar tem sido o lugar onde crianças negras se deparam com a rejeição, muitas vezes pela sua aparência: cabelo, pele, nariz, elementos que os discriminadores utilizam para depreciar o negro. A criança passa a incorporar essa depreciação evitando sua identidade, por não ver nada de positivo que a afete, muito pelo contrário.

O autor Jurandir Freire Costa 1983, p. 6 diz que para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e de prazer. (...) A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultante da diferença em relação ao branco vai se traduzir em ódio ao corpo negro.

Mesmo que as crianças recebam um aparato psicológico, seja da família ou da escola, o enfrentamento ao racismo ocorre de forma dolorida, pois a discriminação está por toda parte. A criança que não se aceita como negra não deve ser considerada racista. É comum ouvir “mas o próprio negro é racista”. O fato de não se considerar negra é introjeção do preconceito racial. Quando se deparam a ideia e inferioridade do negro, é mais fácil não se aceitar como tal.

Como reverter esse quadro? Seria importante evidenciar o sucesso de personalidades negras, o que muitas vezes não acontece. O negro aparece como escravo, como subalterno, sempre tendo o seu valor diminuído. As crianças e muitos adultos desconhecem o lugar de destaque de muitos negros.

“É a ausência de referência positiva na vida da criança e família, no livro didático (...) que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana.” (MUNANGA, 2005, p. 120)

A escola deve estimular e proporcionar condições para que os professores possam discorrer sobre as questões étnicas raciais, discutir o tema em grupo de estudos e promover a criação de cursos para professores, alunos e a comunidade em geral para possam se aprofundar nas causas e consequências do preconceito racial. A questão racial é assunto de todos. A Lei nº 10.639/03 determina que a História da África seja tratada em perspectiva positiva e que possa fazer parte dos conteúdos, assim como o conhecimento da contribuição dos egípcios para o desenvolvimento da humanidade. As marcas da cultura de raiz africana devem ser ressaltadas particularmente em Arte, Literatura e História do Brasil. E mais, os professores precisam valorizar a identidade negra e serem capacitados para desconstruir o mito da democracia racial constituída dentro do âmbito escolar.

Combater o racismo, objetivando fim da desigualdade social e racial, e trabalhar com a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas somente da escola. As formas de discriminação não nascem na escola, porém, o racismo, as desigualdades e discriminações que ocorrem na sociedade perpassam por ali. Para que a escola desempenhe a contento o seu papel de educar, faz-se necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam uma sociedade justa. Quando a escola proporciona acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados e a conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, segue rumo a uma nação democrática e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da infância da criança negra no Brasil é uma história de exclusão. Diante da realidade escolar brasileira, é notável a presença do racismo não só na sociedade, mas também na forma como os educadores lidam com os conceitos discriminatórios, consolidando a ideia de que as políticas públicas ainda são principiantes institucionalmente.

A Educação Infantil é o local de socialização, é o primeiro momento em que ocorrem efetivamente as relações sociais, étnico-raciais e culturais. É de extrema importância a formação de professores preparados para lidar com a diversidade cultural em uma sala de aula, mas que, além disso, estejam aptos para criticarem o currículo bem como as suas práticas. O professor de Educação Infantil deve ter consciência de que sua função não é apenas preparar os alunos para as séries seguintes, mas sim para o resto da vida; é nessa fase que se constrói a base para as aprendizagens futuras.

As relações étnico-raciais devem ser tratadas como realidade de nosso cotidiano e não como um acontecimento distante. Seria crível que o professor não deva educar todos como iguais, mas diferentes, ressaltando sempre as especificidades, e mais, não apenas respeitando a consciência negra, mas resgatando as demais etnias esquecidas devido ao preconceito.

O anseio de todos é que a luta no combate ao racismo não fique apenas nas palavras e pensamentos dissociados da vivência, mas que se torne prática fundamental na escola e sociedade. O desafio em se pensar em trabalhar diferentes maneiras com a questão racial na escola é de todos. Como educadores comprometidos com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais não podemos recusar essa tarefa, nossa meta deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos. A escola enquanto instituição que trabalha com os processos da formação humana, dentre os quais se encontra a diversidade étnico-racial, não deve dar ênfase somente a parte intelectual de seus alunos, pois, também necessitam que suas diferenças, identidades, emoções, valores não sejam deixados de lado, os educadores precisam entender o processo educacional de uma forma ampla e profunda.

Se cada profissional se conscientizar será possível desenvolver um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. A.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 41 -63.

BATISTA, Normando. Cultura Negra e Currículo. In: SILVA, Luiz Heron da & AZEVEDO, José Clóvis de (Orgs). **Paixão de Aprender**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 27 de jul. 2013

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

———. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

———. Ministério da Educação/Secad. 2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**.

CANDAU, Vera Maria (Coord.). **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 176p.

- CAPARRÓS, Nicolas. **Crisis de la familia**. Madrid, Fundamentos, 1981. (p.45-81)
- CARONE, Iracy et al. **Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p.
- COSTA, J. F. “Da cor ao corpo: a violência do racismo.” *In*: Souza, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão**. Rio de Janeiro, Graal, 1983. (p.1-16)
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP& A. 2003. 156 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 212 p.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos, (Org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. v. 29, n. 1, p. 167- 182, 2003.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas**. Educação e Pesquisa. v. 29, n.1, p 109–123, jan./jun. 2003.
- LEI 8.069/91 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Legislação Pertinente, 2009. Disponível em: < <http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#>>. Acesso em: 25 de jul. 2013.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, Valdecir Pedreira. Pressupostos básicos da formação de professores no projeto Escola Plural: A diversidade está na sala. In: LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.). **Escola Plural: a diversidade está na sala**. Vol. 03. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, I. M. **Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1994.

PARREIRAS, Ângela Maria Ramos. **Construção da identidade étnico-racial: o papel da literatura infantil com protagonistas negros e histórias das culturas africanas**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2007.

PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ROMÃO, J. O educador e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.